



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

**CONTRATAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS "MYSQL", INCLUINDO ATUALIZAÇÕES E SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, QUE ENTRE SI FAZEM A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA VS DATA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.**

**PROCESSO Nº JFES-EOF-2019/00173**

**A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – Seção Judiciária do Espírito Santo**, CNPJ nº 05.424.467/0001-82, situada à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1877 – Bairro Monte Belo – Vitória - ES, representada pela MMA Juíza Federal Diretora do Foro, **CRISTIANE CONDE CHMATALIK**, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE** e a empresa **VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ nº **07.268.152/0004-61**, estabelecida na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Armazém, Itaipava, Itajaí - SC, CEP: 88316-001, e-mail: governo@vsdata.com.br, telefone (41) 2118-7001, representada neste ato por **JULIO EDUARDO COSTA SANTOS**, portador do CPF nº **089.063.609-59** e da Cédula de Identidade nº **296.868-1/SSP-PR**, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo em epígrafe, doravante denominado por **PROCESSO**, em consequência de adesão à **Ata de Registro de Preços nº 53/2018 do Pregão Eletrônico nº 52/2018 do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**, UASG: 90030, com base Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 5.450/2005, Lei Complementar n.º 123/2006, com aplicação subsidiária das Leis n.º 8.666/1993 e n.º 8.078/1990, firmam o presente **CONTRATO**, cuja lavratura foi autorizada em 17/06/2019, fl. 299 do **PROCESSO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

- 1.1. Adesão à Ata de Registro de Preços **53/2018** do Tribunal Federal Regional da 4ª Região para aquisição de plano de subscrição de licenças de software **MySQL Enterprise Edition**, comercializado pela Empresa Oracle Corporation, para dar suporte ao funcionamento do novo sistema processual E-PROC, em implantação na JFES.
- 1.2. A subscrição incluirá, entre outras, as seguintes ferramentas:
  - 1.2.1. MySQL Database.
  - 1.2.2. MySQL Enterprise Backup.
  - 1.2.3. MySQL Enterprise High Availability.
  - 1.2.4. MySQL Enterprise Scalability.
  - 1.2.5. MySQL Enterprise Authentication.
  - 1.2.6. MySQL Enterprise Encryption.
  - 1.2.7. MySQL Enterprise Firewall.
  - 1.2.8. MySQL Enterprise Audit.
  - 1.2.9. MySQL Enterprise Monitor.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

- 1.2.10. Enterprise Manager for MySQL.
- 1.2.11. MySQL Query Analyzer.
- 1.2.12. MySQL Workbench.
- 1.3. A subscrição contemplará, ainda:
- 1.3.1. O fornecimento de correções, novas versões, *releases*, atualizações e alertas de segurança disponibilizadas pelo fabricante.
- 1.3.2. O suporte técnico prestado diretamente pelo fabricante, compreendendo, entre outros:
- 1.3.2.1. A resolução de problemas que limitem ou impeçam o desenvolvimento e/ou funcionamento de aplicações do **CONTRATANTE**.
- 1.3.2.3. A resolução de dúvidas e esclarecimentos relativos à utilização e configuração do *software* e de funcionalidades relacionadas ao produto e suas ferramentas.
- 1.3.3. Suporte consultivo em ambiente MySQL incluindo solução de problemas, replicação, particionamento, esquemas, revisão, performance, *tuning*, *queries*, instalação e configuração.
- 1.3.4. Número ilimitado de incidentes de suporte.
- 1.3.5. Acesso à base de conhecimento de solução de problemas e documentos técnicos.
- 1.4. A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE** número de telefone que possibilite ligações gratuitas para a sua central de suporte técnico (tipo 0800), para fins de abertura e acompanhamento de chamados.
- 1.4.1. O atendimento será prestado 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana, via telefone e *website*.
- 1.4.2. O suporte telefônico deverá ser prestado em língua portuguesa ou inglesa, a critério do **CONTRATANTE**.
- 1.5. A **CONTRATADA** deverá entregar comprovante de subscrição das licenças nas dependências da **SEOPE – Seção de Operação**, da Justiça Federal de Primeiro Grau do Espírito Santo (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – Monte Belo, Vitória – ES), ou por meio eletrônico para o e-mail ([seope@jfes.jus.br](mailto:seope@jfes.jus.br)) devendo, nesse caso, assegurar o recebimento da mensagem pela **CONTRATANTE**.
- 1.6. O prazo para entrega das licenças e do comprovante do plano de subscrição será de **10 (dez) dias corridos** contados da data de assinatura deste **CONTRATO**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:**

- 2.1. A vigência deste **CONTRATO** será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de sua assinatura ou até o adimplemento recíproco de obrigações pendentes dele decorrentes e admitida a sua prorrogação nos termos da Lei n.º 8.666/1993.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA:**

- 3.1. Prazo de garantia integral do objeto, conforme previsto no Edital e observada a previsão da Lei n.º 8.078/1990 sobre o tema, que deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa)** dias compreendendo defeitos e vícios de qualidade e quantidade, a contar:
- 3.1.1. Da data do recebimento definitivo pelo **CONTRATANTE**, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes ou de fácil constatação.
- 3.1.2. Da sua evidência, nos casos de defeitos ou vícios ocultos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

- 4.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do **CONTRATO**, comprovante da prestação de garantia no valor de **5% (cinco por cento)** sobre o seu valor, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 4.1.2. A garantia deverá ser apresentada pela **CONTRATADA** à Seção de Contratos Administrativos – SECOA.
- 4.1.3. O prazo de apresentação da garantia **poderá ser prorrogado** por igual período, a critério e no interesse da Administração, mediante requerimento justificado da **CONTRATADA**.
- 4.1.3.1. A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do **CONTRATO** por dia de atraso, observado o máximo de 1,5% (um vírgula cinco por cento).
- 4.1.3.2. A ocorrência de atraso como mencionado acima, quando superior a 30 (trinta) dias, autoriza o **CONTRATANTE** a promover a rescisão do **CONTRATO** por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.
- 4.2. A garantia terá validade durante a execução do **CONTRATO** e **03 (três) meses após o término de sua vigência**, devendo ser renovada a cada prorrogação, e será devolvida após o cumprimento fiel e integral do **CONTRATO**.
- 4.3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 4.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
- 4.3.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do **CONTRATO**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

4.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**.

4.4. Havendo acréscimo ou supressão do objeto, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, sempre, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do **CONTRATO**, cabendo à **CONTRATADA** manter a real proporção da garantia inicialmente apresentada.

4.5. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao **CONTRATANTE** no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**.

4.6. A **CONTRATADA** é responsável por adequar valores e prorrogar o prazo da garantia ofertada na eventual ocorrência de aditamentos à contratação originária.

4.7. Em sendo o caso, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, será exigida garantia adicional, a qual seguirá a regra da garantia principal, ou seja, constituirá condição para a assinatura do **CONTRATO**.

4.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todo o objeto e obrigações constantes do **CONTRATO**.

4.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na **Caixa Econômica Federal** em conta específica com correção monetária.

4.10. O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de reter da garantia e dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** as importâncias necessárias à satisfação das contribuições e tributos devidos pela **CONTRATADA** e que tenham reflexo junto ao **CONTRATANTE**.

4.11. Rescindido o Contrato, por inexecução da obrigação pela **CONTRATADA**, perderá esta, em favor do **CONTRATANTE**, a garantia, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste **CONTRATO**.

4.12. O **CONTRATANTE** não executará a garantia somente nas seguintes hipóteses:

4.12.1. Caso fortuito ou força maior.

4.12.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais.

4.12.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos do **CONTRATANTE**.

4.12.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO:**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

5.1. O valor global do objeto do presente **CONTRATO** é de **R\$ 121.248,48 (cento e vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**, conforme descrição detalhada a seguir:

Item	Descrição	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Subscrições de licenças de software <b>MySQL Enterprise Edition Subscription (1-4 socket server)</b> , incluindo atualizações de software e serviços de suporte técnico, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.	4	<b>30.312,12</b>	<b>121.248,48</b>
<b>Valor Total</b>				<b>121.248,48</b>

5.2. Incluídos nos preços acima estão todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, bem como despesas com transporte, que correrão por conta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1. As despesas decorrentes do presente **CONTRATO** correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. No exercício de **2019**, à conta a seguir especificada:

**PROGRAMA DE TRABALHO: 085321**  
**ELEMENTO DE DESPESA : 449040-05**  
**NOTA DE EMPENHO : 2019NE000279, de 17/06/2019.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1. Fornecer/prestar o objeto do Contrato, nos termos da sua proposta, sempre em conformidade com os requisitos e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste **CONTRATO**, observando ainda o escopo e termos gerais definidos pela fabricante dos produtos.

7.2. Entregar comprovante, emitido pela fabricante do software, da contratação das licenças e do plano de subscrição nas dependências do **CONTRATANTE** ou através de meio eletrônico (e-mail, website da fabricante), observando os prazos de entrega e de vigência estabelecidos.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

- 7.3. Informar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.
- 7.4. Atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências do **CONTRATANTE** ou do Gestor do **CONTRATO**, relativamente à execução do seu objeto nos termos pactuados ou para o cumprimento de obrigações acessórias.
- 7.5. Manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar ao **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção.
- 7.6. Entregar nota fiscal, juntamente com o objeto fornecido, contendo a discriminação detalhada dos produtos entregues e/ou serviços prestados.
- 7.7. Prestar o(s) serviço(s) em conformidade com as normas e recomendações do **CONTRATANTE**.
- 7.8. Atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos.
- 7.9. Indicar endereço eletrônico para recebimento de notificações e comunicações a respeito da execução do **CONTRATO**.
- 7.10. Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o **CONTRATANTE**.
- 7.11. Obedecer rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI do **CONTRATANTE**.
- 7.12. Responder em relação aos seus profissionais por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta contratação, tais como salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
- 7.13. Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.
- 7.14. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos, softwares, informações e a outros bens de propriedade do **CONTRATANTE**, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a prestação dos serviços objeto desta contratação.
- 7.15. Manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso.
- 7.16. À **CONTRATADA** caberá, ainda:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

7.16.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

7.16.2. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos, em execução do serviço, ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependências do **CONTRATANTE**.

7.17. O não-cumprimento do objeto, prazo, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição do **CONTRATO**, sujeita a **CONTRATADA** às multas e sanções nele previstas.

7.18. Os documentos a seguir relacionados deverão ser reapresentados no momento da apresentação da nota fiscal, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário do **CONTRATANTE**, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

7.18.1. Certificado de Regularidade junto ao FGTS.

7.18.2. Certidão Negativa de Débito com o INSS.

7.18.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

7.18.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ICMS.

7.18.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN.

7.18.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.19. Os documentos a seguir serão consultados por ocasião da prorrogação contratual, sendo sua regularidade condição para a renovação da avença:

7.19.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, da Controladoria Geral da União.

7.19.2. Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

7.20. A **CONTRATADA** deverá apresentar formalmente, no primeiro dia de vigência do **CONTRATO**, para aceitação do **CONTRATANTE**, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do **CONTRATANTE** ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do **CONTRATO**.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

- 8.1. Designar servidor para gerenciar operacionalmente as atividades e tarefas relativas à execução do objeto.
- 8.2. Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos profissionais da **CONTRATADA**.
- 8.3. Permitir o acesso dos profissionais da **CONTRATADA**, devidamente credenciados, as suas dependências, bem como o acesso a dados e informações necessários ao desempenho das atividades.
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto por intermédio do Gestor e Fiscal designados.
- 8.5. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas verificadas no cumprimento do **CONTRATO**.
- 8.6. Exigir o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais.
- 8.7. Receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução contratual.
- 8.8. Realizar o pagamento devido pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do **CONTRATO**.
- 8.9. Reter preventivamente valores correspondentes às penalidades cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso.
- 8.10. Aplicar multas e sanções previstas no **CONTRATO**.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:**

- 9.1. Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto deste **CONTRATO**, serão designados:
  - 9.1.1. Como **Gestor/Fiscal Requisitante**, o diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (nti@jfes.jus.br), para **Fiscal Técnico**, servidor da **Seção de Operações** (seope@jfes.jus.br), e para **Fiscal Administrativo**, o supervisor da **Seção de Gestão Organizacional** (segor@jfes.jus.br), cujas atuações se darão no interesse exclusivo da Administração. O Gestor e Fiscais poderão ser contatados diretamente no Prédio Sede do **CONTRATANTE**, ou pelo telefone (27) 3183-5026.
  - 9.1.2. Ao **Gestor/Fiscal Requisitante** compete, entre outras atribuições:
    - 9.1.2.1. Orientar e coordenar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidos no **CONTRATO** e seus anexos.
    - 9.1.2.2. Encaminhar à Administração relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações contratuais





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

assumidas e que sujeitam a **CONTRATADA** às multas ou sanções previstas no **CONTRATO**, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis.

9.1.2.3. Efetuar o RECEBIMENTO DEFINITIVO e o atesto da nota fiscal, encaminhando-a imediatamente ao Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças.

9.1.2.4. Analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela **CONTRATADA** por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente.

9.1.2.5. Na hipótese de descumprimento total ou parcial do objeto ou de disposição contratual, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da **CONTRATADA** para o cumprimento incontinenti das obrigações inadimplidas.

9.1.2.6. Exigir da **CONTRATADA** o exato cumprimento do objeto contratado, nos termos e condições previstos no **CONTRATO**, inclusive quanto às obrigações acessórias.

9.1.3. Ao **Fiscal Técnico** compete, entre outras atribuições:

9.1.3.1. Fiscalizar tecnicamente o **CONTRATO**.

9.1.3.2. Acompanhar, fiscalizar e exigir da **CONTRATADA** o exato cumprimento do objeto, termos e condições previstos no **CONTRATO** e seus anexos.

9.1.3.3. Prestar à **CONTRATADA** orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratual, inclusive os de ordem técnica afetas ao seu cargo efetivo, função comissionada ou formação profissional.

9.1.3.4. Anotar em registro próprio ou formulário equivalente e comunicar ao Gestor eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuados à **CONTRATADA**.

9.1.3.5. Efetuar o RECEBIMENTO PROVISÓRIO e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da **CONTRATADA** para que proceda, incontinenti, a retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto ou disposições deste **CONTRATO** e seus anexos.

9.1.3.6. Assessorar o RECEBIMENTO DEFINITIVO, certificando-se que o objeto fornecido atende a todos os requisitos físicos e técnicos e especificações de quantidade e de qualidade, preços e prazos entre outras condições previstas no **CONTRATO** e seus anexos.

9.1.4. Ao **Fiscal Administrativo** compete, entre outras atribuições:

9.1.4.1. Fiscalizar o **CONTRATO** quanto aos aspectos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

9.1.5. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata esta cláusula serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem em hipótese algumas as responsabilidades da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO:**

10.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar, por ocasião da entrega, Nota Fiscal discriminada dos produtos entregues e/ou serviços prestados, sem prejuízo dos demais documentos determinados neste Contrato.

10.2. A Nota Fiscal entregue pela **CONTRATADA** deverá conter, obrigatoriamente:

10.2.1. O nome, endereço e CNPJ da Justiça Federal (Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do ES, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245, CNPJ: 05.424.467/0001-82).

10.2.2. O nome, Inscrição Estadual e CNPJ da Contratada.

10.2.3. Natureza da operação.

10.2.4. Data de emissão.

10.2.5. Data limite para a emissão da nota fiscal (validade da nota fiscal).

10.2.6. O número de controle da nota fiscal.

10.2.7. Dados do serviço - discriminação exata dos serviços executados.

10.2.8. A discriminação do período em que os serviços foram realizados.

10.2.9. Valor de cada item discriminado detalhadamente, quando o caso

10.2.10. Valor total da nota fiscal.

10.2.11. O nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta corrente da **CONTRATADA**.

10.2.12. A informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem.

10.3. A nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada à Contratante no seguinte endereço: **Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória - ES, CEP 29.053-245**, à SEPRAC – Seção de Projetos, Aquisições e Acompanhamento de Contratos. Em caso de nota fiscal eletrônica, poderá ser enviada para o e-mail [seprac@jfes.jus.br](mailto:seprac@jfes.jus.br).

10.4. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

10.4.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO – será lavrado na data da entrega do bem e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento e faturamento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

10.4.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO – será lavrado em até 5 (cinco) dias úteis após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

10.4.3. ATESTO – será lavrado na mesma data do RECEBIMENTO DEFINITIVO, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, a situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da **CONTRATADA** e o cumprimento das demais obrigações previstas.

10.5. O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do atesto na Nota Fiscal, que produzirá os efeitos do RECEBIMENTO DEFINITIVO.

10.6. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste Instrumento.

10.6.1. Caso a fornecedora seja optante pelo SIMPLES NACIONAL e pretenda utilizar-se da hipótese de não- retenção prevista no art. 4º, XI, da Instrução Normativa n.º 1.234/2012, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, declaração nos moldes preconizados no art. 6º, na forma do Anexo IV, deste regulamento, para fins da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM =Encargos moratórios;

N =Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP =Valor da parcela a ser paga;

I =Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = i/365$

$I = (6/100)/365$

**I = 0,00016438**

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES:**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

11.1. Pela inexecução parcial do objeto, pela execução desse em desacordo com o estabelecido no **CONTRATO**, ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

11.1.1. Pelo **inadimplemento total ou parcial** do objeto: multa de **20% (vinte por cento)**, aplicável sobre a parcela inadimplida.

11.1.2. Pelo **atraso de cumprimento de qualquer obrigação contratual**, sem justificativa por escrito aceita pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** está sujeita à multa de **0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso**, aplicável sobre o valor da obrigação em atraso, observado o limite de **12% (doze por cento)**.

11.1.3. Por **deixar de cumprir determinação formal do fiscal ou Gestor do Contrato**, a **CONTRATADA** está sujeita à multa de **0,1% (um décimo por cento)**, aplicável sobre o valor total do **CONTRATO**, por ocorrência.

11.1.4. Por **deixar de cumprir obrigação acessória não tipificada neste Instrumento ou qualquer outra obrigação prevista no CONTRATO e não relacionada nos itens anteriores**, a **CONTRATADA** está sujeita à multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**.

11.1.4.1. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da **CONTRATADA** em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

11.2. Na forma prevista no art. 87, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, além das sanções pecuniárias previstas neste **CONTRATO**, a **CONTRATADA** estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I daquele dispositivo.

11.3. Nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciada do SICAF nos casos de:

11.3.1. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa.

11.3.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.

11.3.3. Fraudar a execução do **CONTRATO**.

11.3.4. Falhar na execução do **CONTRATO**.

11.3.5. Comportamento inidôneo.

11.3.6. Cometimento de fraude fiscal.

11.4. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 78, I, II ou III, da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a **CONTRATADA** às multas e penalidades previstas (sanções).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

11.5. Na aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO**, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, "caput", da Lei n.º 8.666/1993.

11.6. O valor da multa poderá ser retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à **CONTRATADA** ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

11.7. As multas ou outras penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA** no SICAF.

11.8. Na aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO**, a Administração observará as determinações da NI-4-09, desta Seção Judiciária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL:**

12.1. A **CONTRATADA** responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos ou empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto deste **CONTRATO**.

12.1.1. O acompanhamento e fiscalização do objeto contratual exercidos pelo **CONTRATANTE**, não exclui em hipótese alguma as responsabilidades da **CONTRATADA**, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, inclusive perante terceiros.

12.1.2. O **CONTRATANTE** estipulará prazo razoável para o saneamento de irregularidade ou ilegalidade, bem como a reparação ou indenização de eventuais prejuízos ou danos causados ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA:**

13.1. A **CONTRATADA** deverá manter a mais absoluta confidencialidade sobre materiais, dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da presente contratação, bem como tratá-los como matéria sigilosa.

13.2. A **CONTRATADA** fica terminantemente proibida de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

modelos ou outros materiais de propriedade do **CONTRATANTE** aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

13.3. A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pelo **CONTRATANTE**, além das cláusulas específicas constantes deste Instrumento.

13.4. Na execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá observar as políticas de Segurança da Informação e de Controle de Acesso do **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:**

14.1. Este **CONTRATO** poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO:**

15.1. A rescisão deste **CONTRATO** somente se dará na forma e nas hipóteses previstas na Lei n.º 8.666/1993.

15.2. Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CÓDIGO DE CONDUTA:**

16.1. Conforme o Art. 5º do Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela Resolução n.º 147 – CJF de 15/04/2011, o **CONTRATANTE** não será tolerante com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, ou humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

16.1.1. As atitudes discriminatórias ou preconceituosas previstas neste item considerar-se-ão como não cumprimento de obrigação acessória, sujeitando a **CONTRATADA** às multas previstas na Cláusula relativa às sanções, constante deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS:**

17.1. Integram este **CONTRATO**, como anexos, as cópias da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços nº



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

53/2018 do TRF4 e da Ata de Realização do Pregão 52/2018 do TRF4, dos quais os signatários declaram ciência.

17.2. Prevalecem as disposições deste Instrumento em face de condições discordantes constantes da proposta da **CONTRATADA** ou que impliquem prejuízo às prerrogativas da Administração, estabelecidas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

18.1. A **CONTRATADA** deverá indicar funcionário de seu quadro para atuar como Preposto junto à **CONTRATANTE**, designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, fornecendo o nome completo, números de telefones, e-mail e endereço para correspondência, sendo também responsável por manter atualizadas as informações fornecidas junto à **CONTRATANTE**. O preposto da **CONTRATADA** é o contato oficial para quaisquer questões pertinentes a prestação de serviços vislumbrados no **CONTRATO**.

18.2. A **CONTRATADA** deverá informar no momento da assinatura do contrato os contatos da central de atendimento para abertura de chamado de suporte técnico, conforme descrito no item 1.4.

18.3. Para segurança da **CONTRATANTE** quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** deverá optar, por uma das modalidades de garantia contratual previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) do preço global contratado, atualizável nas mesmas condições daquele, conforme Cláusula Quarta;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

19.1. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes deste **CONTRATO** serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela **CONTRATADA** na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

19.2. Todos os documentos exigidos em razão do presente **CONTRATO** deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor de Unidade do **CONTRATANTE**, responsável pela sua instrução.

19.3. A **CONTRATADA** DECLARA a inexistência em seu quadro de empregados, destinados à prestação de serviços decorrentes deste **CONTRATO**, que sejam cônjuges,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019**

companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este **CONTRATANTE**, ciente de que esta situação impede a assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução n.º 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

19.4. A **CONTRATADA** DECLARA a inexistência em seu quadro de empregados, no exercício de funções de chefia e destinados à prestação de serviços decorrentes deste **CONTRATO**, que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n.º 156/2012.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:**

20.1 Para dirimir questões oriundas do presente **CONTRATO** ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o **FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO**:

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente **CONTRATO**, em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Vitória – ES, 24 de Junho de 2019.

  
Cristiane Conde Chmatalik  
CONTRATANTE

  
Julio Eduardo Costa Santos  
CONTRATADA